

Curadoria de textos: a edição de documentos históricos sobre a escravidão e a liberdade em debate

Phablo Roberto Marchis Fachin (USP)

Mariza de Carvalho Soares (UFF / UNIFESP)

Eliana Correia Brandão Gonçalves (UFBA)

Moderadora: Silvia Hunold Lara (UNICAMP)

A proposta da mesa-redonda é discutir questões teóricas, metodológicas e historiográficas implicadas na edição de documentos históricos. O que transforma um texto em documento? Qual a articulação entre os elementos materiais e intelectuais envolvidos em sua produção e como são abordados pela Filologia e pela História? Por meio do diálogo interdisciplinar, tais questões são interpeladas a partir de textos produzidos nos séculos XVII, XVIII e XIX que tratam das experiências de escravizados e libertos na América portuguesa. Por tocarem em temas relativos à experiência da escravidão e às condições de acesso ao ponto de vista dos subalternos em uma sociedade escravista por meio de registros produzidos com outras intenções, o debate ganha uma dimensão política, inerente tanto à pesquisa quanto ao gesto da divulgação destes documentos para um público mais amplo. O primeiro texto é uma narrativa sobre expedições vitoriosas contra os Palmares realizadas em 1675-1678 e um acordo de paz com o governo de Pernambuco, cujos testemunhos seiscentistas encontram-se na Biblioteca Pública de Évora e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Uma transcrição publicada em 1859, que apresenta diferenças significativas em relação às versões mais antigas do texto, tem sido fartamente utilizada pela historiografia, sem uma análise crítica que a descoberta de manuscritos do século XVII atualmente permite empreender. O segundo é um manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro sem data, letra do século XVIII, cópia in-fólio de 69 folhas numeradas, publicado como "Diálogos Makii" (Ed. Chão, 2019). O documento é composto por dois diálogos e sua leitura autoriza concluir ter sido escrito no Rio de Janeiro (c.1786) por um africano alforriado, membro da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia. A pesquisa realizada desvenda o contexto de sua redação e circulação, e envolveu pensar estratégias para sua transcrição e divulgação para um público de não historiadores. O terceiro apresenta uma narrativa sobre a instauração de práticas discursivas e jurídicas que legalizam historicamente a violência institucional contra os negros, no contexto de revoltas dos escravizados. A Resolução da Biblioteca Nacional, de 1822, registra cenas de enunciação de um discurso político firme, autoritário, vigilante e punitivo, por meio de ações administrativas e interventivas contra a ameaça representada por movimentos de escravizados no Recôncavo Baiano. A edição deste e de outros textos sobre as revoltas na Bahia requer uma pesquisa criteriosa, interpretativa, dialógica e argumentativa, visto que os negros deixaram, nos registros jurídicos, vestígios indiretos de sua luta e resistência. A mesa-redonda é composta por duas historiadoras (Mariza Soares e Silvia Lara) e dois filólogos (Eliana Brandão e Phablo Fachin) e oferece uma oportunidade para refletir sobre diferentes métodos de pesquisa com base em textos escritos. No contexto da História, sobre o modo como os historiadores lidam com suas fontes, tema pouco explorado pela historiografia. No contexto da Filologia, sobre como o texto escrito torna-se um documento autêntico do contexto sócio-histórico em que se deu sua gênese e divulgação, tendo em vista sua materialidade, escrita e tradição.